



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório da Administração

IR e CSLL					
R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024
IR e CSLL	126.359	(84.850)	(248,9%)	(969)	(362.393)
Corrente	(69.856)	(32.679)	113,8%	(238.992)	(231.468)
Diferido	196.215	(52.171)	(476,1%)	238.023	(130.925)

Em 2025, a Arteris registrou despesa de **R\$ 1,0 milhão** com IR e CSLL, redução de **99,7%** em relação a 2024. A variação decorre, principalmente, do efeito do imposto diferido reconhecido no período, com destaque para a Fluminense, em função da reversão dos efeitos de reliticação no contexto do processo de otimização e readequação contratual. Cabe destacar que a natureza dessa linha é, estruturalmente, de despesa. Assim, os valores positivos observados no período estão relacionados, majoritariamente, ao reconhecimento de créditos de imposto diferido, que compensam parcialmente a carga tributária corrente. No comparativo trimestral, o 4T25 apresentou **resultado positivo de R\$ 126,4 milhões**, frente a uma **despesa líquida de R\$ 84,8 milhões** no 4T24. A variação é explicada, sobretudo, pela dinâmica do imposto diferido no trimestre, especialmente na Fluminense, além da evolução do lucro tributável nas demais concessões.

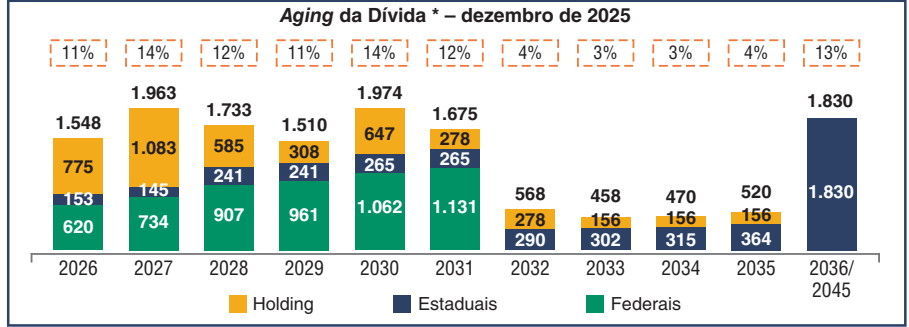
R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024
Resultado Líquido	888.385	(1.129.253)	(178,7%)	215.749	(841.393)

Em 2025, a Arteris registrou **lucro líquido de R\$ 215,7 milhões**, revertendo o **prejuízo de R\$ 841,4 milhões** em 2024. A melhora do resultado está relacionada, principalmente, à reversão líquida de provisões para redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida em 2025, em contraste com as provisões relevantes registradas em 2024. Esse efeito contábil, de natureza não caixa, impactou diretamente o resultado líquido e foi o principal fator da reversão do prejuízo para lucro no exercício. Adicionalmente, a evolução operacional da Companhia, refletida no crescimento da Receita de Pedágio e na expansão das margens, contribuiu para a melhora do resultado recorrente, ainda que parcialmente compensada pelo maior volume de despesas financeiras no período. No comparativo trimestral, o 4T25 apresentou **lucro líquido de R\$ 888,4 milhões**, frente ao **prejuízo de R\$ 1.129,3 milhões** no 4T24, variação de 178,7%, também explicada predominantemente pela dinâmica dos *impairments* entre os períodos.

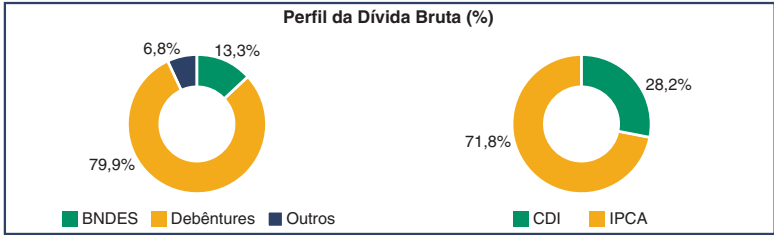
R\$ mil	4T25	3T25	Δ%
Dívida Bruta	14.247.691	15.140.060	(5,9%)
Curto prazo	1.748.204	2.176.424	(19,7%)
Longo prazo	12.499.487	12.963.636	(3,6%)
Posição de Caixa	2.323.428	2.905.689	(20,0%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.823.798	2.320.545	(21,4%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	499.630	585.144	(14,6%)
Dívida Líquida	11.924.263	12.234.371	(2,5%)

¹: Curto e Longo Prazo

Após o final do 4T25, a Arteris registrou **dívida bruta de R\$ 14.247,7 milhões**, redução de 5,9% em relação ao 3T25. A variação reflete, principalmente, (i) amortizações realizadas no período e (ii) a reclassificação contábil dos saldos da concessionária Fernão Dias para a rubrica de "ativos mantidos para venda", em decorrência do desfecho do processo competitivo no âmbito da otimização contratual. A parcela de curto prazo totalizou R\$ 1.748,2 milhões (-19,7%), enquanto o longo prazo somou R\$ 12.499,5 milhões (-3,6%), mantendo perfil predominantemente alongado. A **posição de caixa consolidada** encerrou o trimestre em R\$ 2.323,4 milhões, redução de 20,0% frente ao trimestre anterior. Assim como na dívida, a variação é explicada tanto pelo consumo de caixa para amortizações e investimentos quanto pela reclassificação dos saldos da Fernão Dias para venda futura. Como consequência, a **dívida líquida** atingiu R\$ 11.924,3 milhões, redução de 2,5% em relação ao 3T25. Parte dessa redução decorre do efeito contábil mencionado acima, além do movimento operacional do trimestre. O indicador **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado** encerrou o 4T25 em **3,63x**, ante 3,84x no 3T25. A melhora reflete a combinação entre menor dívida líquida e crescimento do EBITDA Ajustado no período.



Conforme ilustrado no gráfico acima, a dívida bruta da Arteris apresenta cronograma concentrado nos próximos seis anos. A Companhia segue focada na gestão proativa do perfil de endividamento, com ênfase no alongamento de prazo por meio de captações compatíveis com a natureza de seus ativos de infraestrutura.



A dívida bruta é majoritariamente composta por **debêntures (79,9%)**, seguidas pelos financiamentos do **BNDES (13,3%)** e outros instrumentos (6,8%). Sob a ótica de **indexadores**, **71,8%** do saldo está atrelado ao IPCA e **28,2%** ao CDI, estrutura alinhada ao perfil de receitas da Companhia, mitigando risco de descasamento. A Arteris segue com gestão ativa do passivo, priorizando alongamento de prazos, equilíbrio de indexadores e preservação da liquidez.

R\$ Mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024
Autovias	30	3	900,0%	568	1.157
Centrovias	116	55	110,9%	260	296
Intervias	105.706	89.074	18,7%	337.743	206.645
Vianorte	32	3	966,7%	49	845
ViaPaulista	135.326	75.247	79,8%	505.497	267.541
Estaduais	241.210	164.382	46,7%	844.117	476.484
Planalto Sul	26.119	39.702	(34,2%)	127.635	159.898
Fluminense	24.040	25.352	(5,2%)	83.488	105.997
Fernão Dias	58.411	59.025	(1,0%)	235.840	309.311
Régis Bittencourt	55.394	49.951	10,9%	222.064	200.437
Litoral Sul	68.408	116.030	(41,0%)	309.168	916.318
Federais	232.372	290.060	(19,9%)	978.195	1.691.961
Estaduais + Federais	473.582	454.442	4,2%	1.822.312	2.168.445
Outros invest. e ajustes de consolidação	6.720	5.113	31,4%	29.283	23.327
Total Ajustado	480.302	459.555	4,5%	1.851.595	2.191.772

Em 2025, a Arteris realizou **R\$ 1.851,6 milhões em investimentos**, redução de **15,5%** em relação a 2024, refletindo principalmente a conclusão do Contorno Viário de Florianópolis no 3T24, que havia elevado substancialmente a base comparativa do período anterior. No comparativo trimestral, os investimentos totalizaram **R\$ 480,3 milhões** no 4T25, crescimento de **4,5%** em relação ao 4T24, impulsionado sobretudo pelo avanço das obras nas concessões estaduais.

Concessionárias Estaduais: As concessionárias estaduais investiram **R\$ 844,1 milhões** em 2025, crescimento expressivo de **77,2%** em relação a 2024, refletindo a intensificação do ciclo de duplicações e melhorias estruturais. Os principais destaques foram: **• ViaPaulista (R\$ 505,5 milhões; +88,9%),** com foco na duplicação da SP-255 e avanço relevante na duplicação da SP-318; **• Intervias (R\$ 337,7 milhões; +53,4%),** com avanço na duplicação da SP-191 e intervenções estruturais em pavimento. O crescimento do CAPEX estadual demonstra a aceleração dos compromissos contratuais vinculados aos cronogramas de expansão e modernização da malha concedida.

Concessionárias Federais: Nas concessionárias federais, os investimentos somaram **R\$ 978,2 milhões** em 2025, redução de **42,2%** em relação a 2024, explicada essencialmente pelo efeito-base da conclusão do Contorno de Florianópolis. Ainda assim, 2025 foi marcado por um volume relevante de intervenções estruturais e de manutenção dos cronogramas regulatórios. As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos do Grupo foram destinados, são as seguintes: **Fluminense:** Ao longo do exercício de 2025, a Concessionária avançou de forma consistente na execução de obras de manutenção extraordinária e no desenvolvimento das atividades de pré-obra relacionadas ao novo ciclo de investimentos previsto após a repactuação contratual. Entre as obras concluídas, destacam-se ações essenciais para a segurança viária e integridade das estruturas existentes, como a recuperação dos taludes no km 113+400, medida fundamental para a estabilização do maciço e mitigação de riscos geotécnicos. Também foram concluídas a recuperação da Obra de Arte Especial (OAE) do km 62+900 e a recuperação da fundação da OAE do km 75+000, ambas reforçando a durabilidade e o desempenho estrutural ao longo da BR-101/RJ. Adicionalmente, em 2025 foi iniciado o ciclo de manutenção das passarelas localizadas nos km 280+490, 296+070 e 312+490, ampliando a segurança dos pedestres e a confiabilidade dos dispositivos de travessia. Paralelamente às obras finalizadas, houve avanços significativos nas atividades de pré-obra, abrangendo projetos executivos, estudos ambientais, licenciamento, contratações e demais etapas preparatórias dos investimentos estruturais previstos para os próximos anos. Destacam-se os avanços das pré-obras associadas à duplicação do trecho entre os km 144 e km 190, ao desenvolvimento de projetos para 14,7 km de multivias e ciclovias, e às faixas adicionais entre os km 297 e km 320. Também tiveram sequência as etapas iniciais (projeto e estudos ambientais) para implantação de 11 novas passarelas, do Posto de Parada e Descanso (PPD) e caminhoneiro do km 133, além da Variante de Itaboraí e da evolução dos sistemas relacionados ao *free-flow*, voltados à modernização da operação e ao aumento de fluidez no corredor rodoviário. O conjunto dessas ações consolida 2025 como um ano de avanços relevantes para a Concessionária, tanto na entrega de obras essenciais quanto no fortalecimento das bases técnicas para implementação de um amplo portfólio de melhorias estruturais ao longo dos próximos exercícios. **Fernão Dias:** Durante o exercício de 2025, a Concessionária executou um conjunto importante de intervenções voltadas à recuperação e estabilização de pontos críticos da BR-381, reforçando a segurança e a continuidade da operação. Entre as obras concluídas, destacam-se a recuperação das estruturas localizadas nos km 856+315 e 846+650, que incluíam reparos subaquáticos, tratamento de fissuras e intervenções em juntas de dilatação; além da estabilização de taludes com solo grameado nos km 521+000/521+100, 518+200 e 518+940. Foram também concluídas obras de drenagem executadas por método não destrutivo (*tunnel liner*) no km 905+300, contenção em estacas-prancha no km 918+400, obra emergencial em rocha no km 919+500 e recuperação de terrapleno no km 856+575. Adicionalmente, foram finalizadas intervenções corretivas nos km 039+500, 065+500, 077 e 078, aliadas a ações complementares de drenagem e revegetação em diversos segmentos. No período, houve avanços significativos em frentes de grande porte nos km 521+900, 522+250, 523+500, 525+400 e 525+700, todas com conclusão prevista para março de 2026. Essas intervenções envolvem soluções técnicas de alta complexidade, como cortinas atarantadas, solo grameado, concreto projetado e sistemas de drenagem profunda, representando importantes investimentos estruturais destinados ao aumento da segurança operacional e à mitigação de riscos geotécnicos ao longo da rodovia. **Régis Bittencourt:** A Concessionária realizou melhorias na rodovia no ano de 2025, como a conclusão da Recuperação/Estabilização de 4 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia BR-116/PR/SP, além de melhorias em viadutos da Serra do Cafézal na BR-116/SP. **Planalto Sul:** Durante o ano de 2025, a concessionária realizou melhorias na rodovia como a implantação da faixa adicional na Serra do Espigão do km 102+700 ao 107+600 da BR116/SC. Além disto, foi concluída a Recuperação/Estabilização de 9 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC). **Litoral Sul:** O Contorno de Florianópolis, uma das maiores e mais importantes obras rodoviárias do país, foi iniciado em maio de 2014 e deu início a sua operação em 10/08/2024. Esta obra de aproximadamente 50 km é composta por pistas duplas, 8 túneis, 14 pontes, 20 passagens em desnível, 6 trevos, e 44 obras de arte especiais, representando um marco na infraestrutura rodoviária nacional. Com um investimento total de R\$ 3,9 bilhões, o Contorno foi projetado para melhorar significativamente a mobilidade e a fluidez do trânsito na Grande Florianópolis, desviando o tráfego de longa distância do trecho urbano da BR-101. A obra envolveu também soluções de engenharia inovadoras para superar desafios geológicos e ambientais. Durante o ano de 2024, no trecho que faz interseção com a BR-101 Norte, as atividades de terraplenagem, pavimentação e as obras de arte especiais foram finalizadas, incluindo viadutos e passagens em desnível, e o trecho está em pleno funcionamento. No trecho intermediário destaca-se a conclusão da pavimentação dos Trevos estratégicos nos KMs 193, 204 e 215+380, o quais já estavam em operação plena, garantindo maior segurança e agilidade no tráfego. Este trecho também abriga importantes passagens de nível e estruturas concluídas, proporcionando conexões essenciais para a região. No trecho Sul, os túneis 1, 2 e 3 foram integralmente concluídos, incluindo as obras complementares de ventilação e iluminação, oferecendo um controle inteligente com eficiência energética. As interseções com a BR-282 e BR-101 Sul, juntamente com o viaduto no KM 225+163, foram finalizadas, garantindo a integração plena do contorno com as principais vias da região. Abaixo alguns destaques: **•** Foram movimentados aproximadamente 18 milhões de m³ de terra e utilizadas 667 vigas pré-moldadas e 188 mil m³ de concreto. **•** A tecnologia empregada na pavimentação, com os sistemas SYTECH e MOBA, garantiu índices de qualidade superior, com o IRI (Índice de Irregularidade Internacional) final em 1,0 m/km, bem abaixo da obrigação contratual de 2,7 m/km. Com o Contorno de Florianópolis, a mobilidade regional foi transformada, reduzindo congestionamentos, promovendo maior segurança e otimizando os tempos de viagem. Este projeto se consolida como um exemplo de planejamento e execução bem-sucedida na infraestrutura brasileira. Além disto, em 2025, a Concessionária concluiu a implantação de 2 Passarelas no km 202+300 BR101/SC e no km 073+500 BR101/SC. Também foi dado seguimento nas obras do Trevo do Km 108+300 da BR101/SC. Além disto, foi concluída a Recuperação/Estabilização de 8 pontos de Sinistros ao longo das Rodovias sob concessão desta Concessionária. **ViaPaulista:** Durante o ano de 2025, a concessionária realizou a implantação de diversas obras ao longo da rodovia, a mais significativa foi a conclusão da Duplicação da rodovia SP-255, do km 48 ao km 77, com a implantação de dois dispositivos de acesso localizados nos km 56+900 e km 65+080, entre os municípios de Guataporã/SP e Araraquara/SP além da remodelação de cinco dispositivos existentes ao longo deste trecho e a execução de uma OAE localizada no km 53+790. Além disso em 2025 segue em andamento a obra de Duplicação da rodovia SP-318, entre o km 249 e o km 280, nos municípios de São Carlos/SP e Rincão/SP. A obra inclui a implantação de sete novos dispositivos nos km 249+100, km 253+130, km 259+130, km 263+840, km 274+300, km 277+800 e km 279+300, além da remodelação de um dispositivo existente no km 269+050. Destas obras foram concluídos em 2025 o seguimento de Duplicação do km 249 ao km 254 além de dois dispositivos localizados no km 249+100 e 253+130. Também foi iniciada a obra de Implantação da Duplicação na Rodovia SP-255, localizada entre os segmentos do km 180+000 ao 237+430 que contempla nove novos dispositivos localizados nos km 184+100, km 187+800, km 198+750, km 203+650, km 208+030, km 214+330, km 221+870, km 225+840 e km 231+050 e 02 dispositivos de remodelação km 193+000, km 204+650 e km 204+650, além da SPA 198/255 (Acostamento km 000+000 ao 005+700), e também o trecho de acostamento localizado do km 205+450 ao km 237+430. Além dessas obras, avançamos com o pré-obra de outros investimentos importantes, com início de obra previsto para 2026. **Intervias:** Em 2025 segue em andamento a Implantação da Duplicação da Rodovia SP-191 localizada entre os km 52+700 ao km 70+200 entre os municípios de Araras/SP e Rio Claro/SP. Neste ano foi concluído o Dispositivo km 57+100 e a OAE do km 62+700 (ainda sem liberação para tráfego) além de 24 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia. No que se refere a pavimento, segue em andamento a 2ª Fase da 4ª Intervenção de Pavimento da SP 330, entre os municípios de Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, km 158+500 ao 240+500, além de iniciados a 4ª Intervenção de Pavimento da SP 352, km 162+540 ao km 185+170 e da SP1165/330 km 0+00 ao km 4+670.

Previsão de Investimentos Futuros			
	2026		
Concessionária	Intervias	ViaPaulista	Total
	2026 a 2039	2026 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	1.194.887	4.509.458	5.704.345
Recuperações/manutenções	1.863.741	1.793.725	3.657.466
Total	3.058.628	6.303.183	9.361.811

Base Monetária: dezembro/2025

continua ...

arteris

Fernão Dias

arteris

Fluminense

arteris

Litoral Sul

arteris

Planalto Sul

arteris

Régis Bittencourt

arteris

Intervias

arteris

ViaPaulista

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório da Administração

Concessionária	2026					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	R. Bittencourt	Litoral Sul	
	2026 a 2033	2026 a 2048	2026	2026 a 2033	2026 a 2033	
Melhorias na infraestrutura	829.216	6.228.241	–	1.717.616	736.103	9.511.176
Recuperações/manutenções	209.055	1.122.919	–	272.567	660.560	2.265.101
Total	1.038.271	7.351.160	–	1.990.183	1.396.663	11.776.277

Base Monetária: dezembro/2025

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Arteris e orienta as decisões da Alta Liderança, que avalia de forma contínua os impactos reais e potenciais das operações nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG). Dessa forma, a gestão sustentável reforça o compromisso da companhia com uma atuação ética e íntegra, focada na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, na mitigação das mudanças climáticas e no respeito às pessoas. Nesse mesmo direcionamento, promovemos os direitos humanos, a diversidade e a inclusão, assegurando a segurança viária dos usuários e a saúde e segurança de colaboradores e terceiros. Esses compromissos são disseminados em toda a organização e em sua cadeia de valor, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Em 2025, um marco relevante reforçou essa agenda: o vencimento do leilão da BR-101 Norte, no Rio de Janeiro. A continuidade da gestão, após o processo de readaptação e otimização contratual da Arteris Fluminense junto à ANTT, inaugura um novo ciclo. Fundamentado nos Padrões de Desempenho do IFC (braço de investimentos do Banco Mundial), o contrato estabelece compromissos robustos de sustentabilidade, abrangendo resiliência climática, descarbonização, biodiversidade, gestão de pessoas, diversidade, segurança viária e do trabalho, além da mitigação de impactos às comunidades locais. Para garantir a efetividade desses compromissos, nossas metas, indicadores e iniciativas de Sustentabilidade são estruturadas em nossa Agenda ESG, composta de três eixos estratégicos interdependentes: Ecoeficiência; Segurança e Qualidade; e Governança, Transparência e *Accountability*. Essa Agenda, alinhada à estratégia dos acionistas, conta com um Comitê Específico, que assegura sua governança e evolução contínua. Encerramos o triênio 2022–2024, marcado por avanços significativos, e iniciamos um novo ciclo de metas e iniciativas para 2025–2027. Dessa forma, os resultados alcançados em 2025 demonstram a consolidação dessa trajetória. No eixo Ecoeficiência, a Arteris avançou em seu Plano de Descarbonização, que reúne iniciativas para todos os escopos de emissões de CO₂. Para reduzir as emissões diretas (escopo 1), mantivemos o uso predominante de etanol na frota leve, seguimos monitorando a operação do guincho 100% elétrico na concessionária entrevistas e aprofundamos estudos de viabilidade para adoção de outros biocombustíveis na companhia. Quanto às emissões indiretas associadas ao consumo de energia (escopo 2), a companhia segue avançando em projetos de transição energética que reduzem consumo, custos e garantem emissões líquidas zero nesse escopo. Entre as principais iniciativas estão: a consolidação da substituição de 25 mil lâmpadas convencionais por LED em todas as concessionárias; o consumo de energia por meio de painéis solares próprios e de terceiros em locais estratégicos; a migração de unidades consumidoras para o Mercado Livre de Energia e a aquisição de certificados de energia renovável I-REC + REC Brasil, assegurando que 100% da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Para redução de emissões do consumo de materiais utilizados por seus fornecedores em obras e conserva da rodovia (escopo 3), a companhia investiu na expansão do uso de pavimento de asfalto reciclado (RAP) na manutenção da Arteris ViaPaulista, e na parceria com a Arcelor Mittal para a utilização do X-Carb, aço 100% reciclado e produzido com energia renovável. Para engajar fornecedores, realizamos o 1º Workshop de Sustentabilidade na Cadeia de Valor da Arteris, promovendo diálogo sobre práticas ESG e explorando soluções voltadas à descarbonização e à economia circular. Diante dos desafios crescentes das mudanças climáticas, além de manter um plano de contingência operacional estruturado, a companhia reforçou sua parceria com a MeteolÁ na utilização de uma plataforma customizada que, por meio de inteligência artificial, integra dados físicos dos taludes e previsões de chuva para indicar a probabilidade de deslizamento em cada estrutura. Essa tecnologia apoia a tomada de decisão e contribui para mitigar riscos, assegurando a segurança de usuários, colaboradores e terceiros, além de preservar os ativos da companhia. No campo da conservação da biodiversidade, a Arteris plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, equivalente a 1.553 hectares reflorestados, desde o início de suas operações. Os plantios, realizados como compensação ambiental, são planejados para maximizar benefícios ecossistêmicos, como a ampliação de áreas de preservação permanente (APPs) e a criação de corredores ecológicos para fauna silvestre. Em alinhamento às normas vigentes e refletindo a maturidade do Sistema de Gestão Ambiental, desde 2022 já certificamos quatro concessionárias na ISO 14001 e planejamos certificar as demais nos próximos dois anos. No eixo Segurança e Qualidade, a Arteris mantém seu compromisso histórico com a segurança viária e com a 2ª Década de Ação, ao assumir a meta de reduzir em mais 50% as fatalidades entre 2021 e 2030. Para isso, a companhia segue investindo em projetos nas frentes de engenharia, operação e educação, impulsionando a melhoria contínua dos indicadores. Entre 2024 e 2025 apresentaram redução de 12% no número de fatalidades registradas e de 15% no índice de fatalidades ponderado pelo tráfego (IF3). Na frente de engenharia, um destaque foi a entrega do robusto pacote de obras de duplicações, totalizando 105 quilômetros nas rodovias estaduais paulistas SP-255, SP-318 e SP-191, administradas

pelas concessionárias Arteris ViaPaulista e Entrevias. Outras melhorias relevantes incluíram a implantação da terceira faixa na Serra do Espigão, a iluminação de 35 quilômetros da Régis Bittencourt com lâmpadas de LED, entre Itapequerica da Serra e Juquitiba; e a conclusão das obras de contenção de talude em Monte Castelo, em Santa Catarina, ambas no trecho da Arteris Planalto Sul. Na frente operacional, avançamos em modernização e tecnologia com a adoção de Inteligência Artificial em sistemas de monitoramento por câmeras, ampliando a capacidade de coibir infrações de trânsito, identificar eventos nas rodovias e automatizar o túnel do Morro do Boi. Além disso, implementamos câmeras térmicas na Arteris Litoral Sul, em parceria com a PRF – Polícia Rodoviária Federal, para identificar o superaquecimento de freios de caminhões durante ações preventivas. Na frente de educação, mais de 84 mil pessoas foram impactadas em 2025 pelas ações de conscientização dos Programas Viva, que incentivam comportamentos seguros no trânsito. O Projeto Escola – iniciativa criada pela Arteris e referência nacional – ultrapassou a marca de meio milhão de estudantes atendidos em mais de 1,2 mil escolas públicas ao longo de quase 25 anos. Apenas em 2025, o projeto capacitou mais de 11 mil educadores. Com foco nos usuários e sociedade em geral, a campanha “Chega! Imprudência no Trânsito Mata” foi fortalecida este ano com materiais impactantes nas redes sociais, painéis de mensagem variável e faixas nas rodovias, impactando mais de 1,2 milhão de pessoas, além de vencer na categoria Comunicação Integrada do Prêmio Jatobá 2025. Com relação à segurança do trabalho de colaboradores e terceirizados, o destaque foi o desempenho do Centro de Controle de Segurança e Operação (CCSO), que registrou cerca de 21.000 interações desde a sua implementação. Essas intervenções contribuíram para uma redução de 37% das invasões de zonas de trabalho. Nosso programa de Diversidade e Inclusão seguiu se expandindo em seus cinco pilares de atuação –gênero, raça, geração, pessoas com deficiência e LGBTI+ – por meio de rodas de conversa, treinamentos, campanhas de sensibilização e participação em feiras de empregabilidade para vagas afirmativas. Também publicamos duas edições do Relatório de Transparência e Equidade Salarial e avançamos em ações afirmativas que contribuíram para alcançar a meta de 33% de mulheres em posições de liderança. Além disso, fomos reconhecidos pelo GRI Awards Infrastructure Brazil 2025, na categoria Prêmio Gente, com o projeto “Combate ao Racismo em Escolas”, que promove a conscientização sobre práticas discriminatórias e valoriza a identidade negra em escolas parceiras do Projeto Escola Arteris. No eixo de Governança, Transparência e *Accountability*, a Arteris reforçou seu compromisso com a ética por meio do Programa de Integridade, voltado à prevenção e rápida detecção de atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta. Como resultado, recebemos novamente a certificação ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno). Outro avanço relevante foi o lançamento do Código de Conduta da Arteris para Terceiros, agora integrado ao processo de contratações de fornecedores e parceiros. Ainda neste eixo, auditamos 100% dos fornecedores classificados como críticos sob critérios ESG, dando início ao plano de gestão de não conformidades. Também evoluímos no programa de treinamento da liderança em questões de anti competitividade e sustentabilidade. Pelo terceiro ano consecutivo fomos reconhecidos com o prêmio “Lugares Incríveis para Trabalhar”, com destaques adicionais nas categorias “Mais Incrível em Equidade de Gênero” e “Mais Incrível no Setor de Serviços Públicos”, resultado direto da avaliação de nossos colaboradores. Os avanços de 2025 reforçam a consistência da nossa atuação nos três eixos estratégicos da Agenda ESG. A sustentabilidade segue como uma jornada contínua, guiado por planejamento, inovação e adoção de boas práticas. Com foco no futuro, seguimos firmes na execução da nossa Agenda ESG, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura rodoviária nas regiões onde atuamos e em todo o Brasil.

Informações Divulgadas pela Abertis

As demonstrações contábeis e operacionais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que as regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados, determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.A., Companhia controladora de 82,3% da Arteris. A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia é medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representando o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, sendo calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162/22, a Companhia informa que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 02 de março de 2026.

A Administração

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	350.682	1.014.766	627.558	2.018.567	Empréstimos e financiamentos	16	16.643	302.342	227.703	434.906
Aplicações financeiras	6	696.472	58.722	1.196.240	199.762	Debêntures	17	960.302	429.560	1.520.501	890.124
Contas a receber	7	—	—	248.711	233.885	Fornecedores	18	18.142	11.357	170.754	217.497
Contas a receber – partes relacionadas	20	91.507	51.922	350	432	Arrendamento mercantil a pagar	19	4.174	3.349	44.228	75.039
Despesas antecipadas		17.634	1.323	36.900	19.426	Obrigações sociais		41.691	68.101	92.217	128.611
Impostos a recuperar	8	56.620	38.256	79.346	63.448	Obrigações fiscais		4.577	3.173	71.090	61.240
Antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre lucros	8	—	—	220	36.845	Imposto de renda e contribuição social a pagar		—	—	29.903	40.068
Juros sobre o capital próprio	20	85.644	56.048	—	—	Contas a pagar – partes relacionadas	20	380	30	—	—
Dividendos a receber	20	93.996	36.988	—	—	Cauções contratuais	18	2.295	1.975	79.350	103.351
Aplicações financeiras vinculadas	10	—	—	168.961	143.327	Taxa de fiscalização		—	—	6.484	7.825
Outros créditos		1.983	898	6.217	3.979	Credores pela concessão	22	—	—	1.337	1.224
		1.394.538	1.258.923	2.364.503	2.719.671	Provisão para manutenção em rodovias	23	—	—	560.460	476.896
Ativo mantido para venda	5	498.781	—	498.781	—	Provisão para investimentos em rodovias	23	—	—	41.958	86.409
Total do ativo circulante		1.893.319	1.258.923	2.863.284	2.719.671	Outras contas a pagar		4.535	3.311	51.360	61.734
						Total do passivo circulante		1.052.739	823.198	2.897.345	2.584.924
Não Circulante						Não Circulante					
Ativo financeiro	11	—	—	—	895.201	Empréstimos e financiamentos	16	797.954	794.467	2.634.606	2.295.562
Aplicações financeiras vinculadas	10	—	—	330.669	293.982	Instrumento financeiro derivativo	30	22.158	—	22.158	—
Impostos a recuperar	8	237.346	180.063	380.787	302.413	Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	20	1.689.198	1.823.321	—	—
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	20	2.861.807	2.839.033	—	—	Debêntures	17	3.120.585	2.837.632	9.842.723	10.863.061
Adiantamento a fornecedor	18	—	—	20.538	34.323	Arrendamento mercantil a pagar	19	52.029	52.193	141.568	123.518
Despesas antecipadas		3.766	52	11.893	12.868	Obrigações fiscais		116.287	97.918	348.663	283.218
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	—	—	992.630	933.528	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	23	1.108	1.584	94.345	100.550
Depósitos judiciais	23	6.854	5.474	14.481	90.395	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	—	—	76.439	103.224
Outras contas a receber	7	—	—	725	8.048	Provisão para manutenção em rodovias	23	—	—	611.793	737.507
Total do ativo realizável a longo prazo		3.109.773	3.024.622	1.751.723	2.570.758	Provisão para investimentos em rodovias	23	—	—	214.220	250.593
Investimentos em controladas e coligadas	12	5.518.816	6.291.856	19	19	Provisão para passivo a descoberto	12	—	727.355	—	—
Direito de uso	13	49.044	50.070	162.657	182.108	Outras contas a pagar		6.600	6.600	17.762	6.600
Imobilizado	14	15.285	9.554	41.862	44.602	Total do passivo não circulante		5.805.919	6.341.070	14.004.277	14.763.833
Intangível	15	48.515	89.585	15.148.067	14.681.187	Total do Passivo		6.858.658	7.164.268	16.901.622	17.348.757
Infraestrutura em construção	15	—	—	710.104	710.754	Patrimônio Líquido					
Total do ativo não circulante		8.741.433	9.465.687	17.814.432	18.189.428	Capital social	24	5.353.848	5.353.848	5.353.848	5.353.848
						Prejuízos acumulados		(1.555.483)	(1.771.235)	(1.555.483)	(1.771.235)
						Ajustes de avaliação patrimonial		(22.271)	(22.271)	—	—
						Total do patrimônio líquido		3.776.094	3.560.342	3.776.094	3.560.342
Total do Ativo		10.634.752	10.724.610	20.677.716	20.909.099	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.634.752	10.724.610	20.677.716	20.909.099

continua ...



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

Demonstrações do Resultado para os exercícios acumulados

findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação básico e diluído)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida	25	–	5.744.941	6.627.303
Custo dos Serviços Prestados	26	–	(4.424.845)	(4.800.325)
Equivalência patrimonial	12	1.251.797	(442.370)	–
Lucro Bruto (Prejuízo)	–	1.251.797	(442.370)	1.320.096
(Despesas) Receitas Operacionais				
Gerais e administrativas	26	(25.694)	(23.267)	(280.368)
(Provisão) reversão para redução ao valor recuperável	5 e 11	(587.213)	–	767.565
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	–	1.404	1.174	32.131
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	–	640.294	(464.463)	1.839.424
Resultado Financeiro	–	–	–	797.857
Receitas financeiras	27	587.213	408.411	387.966
Despesas financeiras	27	(972.880)	(785.321)	(1.971.758)
Variação cambial, líquida	27	(64)	(20)	(100)
Operações de swap líquidas	27	(22.987)	–	(22.987)
Ajuste de valor de mercado de debêntures	27	(15.824)	–	(15.824)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	–	(424.542)	(376.930)	(1.622.703)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–	–	(1.276.857)
Correntes	9	–	–	(238.992)
Diferidos	9	–	–	(238.023)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	–	215.752	(841.393)	215.752
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuído A Participação de controladores	–	–	–	(841.393)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação Básico e Diluído – R\$	29	–	–	0,2838

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios acumulados

findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das operações continuadas	215.752	(841.393)	215.752	(841.393)
Total do resultado abrangente do exercício	215.752	(841.393)	215.752	(841.393)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a Participação de controladores	–	–	–	–
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação Básico e Diluído – R\$	29	–	–	0,2838

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado para o exercício acumulado

findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Receita de serviços prestados	–	–	4.557.585	4.145.462
Receita de serviços de construção	–	–	1.480.130	1.780.916
Outras receitas	1.530	1.293	149.943	206.234
Receita de reequilíbrio	–	–	–	877.955
Juros capitalizados	–	–	85.246	253.909
Insumos Adquiridos de Terceiros	1.530	1.293	6.272.904	7.264.476
Custo dos serviços prestados	–	–	(274.285)	(284.272)
Custo dos serviços de construção	–	–	(1.480.130)	(1.780.916)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(325)	(224)	(163.580)	(156.268)
Redução ao valor recuperável	(587.213)	–	767.565	(781.190)
Custo da concessão	–	–	(146.501)	(156.248)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	–	–	(374.936)	(879.204)
Outros	(3.214)	(1.299)	(71.355)	(43.993)
Valor Adicionado Bruto	(590.752)	(1.523)	(1.743.222)	(4.082.091)
Depreciações e Amortizações	(589.222)	(230)	4.529.682	3.182.385
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)	(21.647)	(21.466)	(1.836.417)	(1.410.364)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(610.869)	(21.696)	2.693.265	1.772.021
Resultado de equivalência patrimonial	1.251.797	(442.370)	–	–
Receitas financeiras	643.531	408.411	444.284	253.661
Outros	(64)	(20)	(98)	(20)
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.895.264	(33.979)	444.186	253.641
Distribuição do Valor Adicionado	1.284.395	(55.675)	3.137.451	2.025.662
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	438	211	270.857	264.593
Benefícios	43	40	72.368	65.973
FGTS	13	12	19.301	15.987
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais (incluindo IOF)	30.926	22.467	207.995	548.535
Estaduais	–	–	71	86
Municipais	–	–	232.166	213.514
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	643.427	521.686	1.690.499	1.368.862
Juros capitalizados BNDES	–	–	37.749	38.503
Juros capitalizados debêntures	–	–	19.002	138.283
Juros – debêntures privadas e mútuos	280.220	–	–	–
Juros capitalizados sobre debêntures privadas	–	–	28.495	–
Perdas em operações de swap	79.306	–	79.306	–
Aluguéis	12	11	2.942	2.271
Outras	34.258	12.544	260.948	210.448
Remuneração de capitais próprios:				
Juros – debêntures privadas e mútuos	–	228.747	–	(77.123)
Juros capitalizados sobre mútuos	–	–	–	77.123
Integralização de capital:				
Lucro (prejuízo) do exercício	215.752	(841.393)	215.752	(841.393)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação Básico e Diluído – R\$	29	–	–	0,2838

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício

findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação	Prejuízos	Patrimônio
	Integralizado	patrimonial	acumulados	líquido individual
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.353.848	(22.271)	(929.842)	4.401.735
Prejuízo do exercício	–	–	(841.393)	(841.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.353.848	(22.271)	(1.771.235)	3.560.342
Lucro líquido do exercício	–	–	215.752	215.752
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.353.848	(22.271)	(1.555.483)	3.776.094

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para o exercício

findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de avaliação	Prejuízos	Patrimônio líquido
	Integralizado	patrimonial	acumulados	consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.353.848	(22.271)	(929.842)	4.401.735
Prejuízo do exercício	–	–	(841.393)	(841.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.353.848	(22.271)	(1.771.235)	3.560.342
Lucro líquido do exercício	–	–	215.752	215.752
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.353.848	(22.271)	(1.555.483)	3.776.094

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto para o exercício acumulado

findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	215.752	–	215.752	(841.393)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	26	21.647	21.466	1.836.417
(Reversão) provisão para perdas esperadas	26	–	–	(1.061)
Baixa de ativos permanentes	–	–	–	(115.189)
(Reversão) provisão para redução ao valor recuperável	15	–	–	(1.361.100)
Impairment de investimento mantido para venda	5	587.213	–	587.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	–	–	(238.023)
Operações de swap líquidas	27	22.987	–	22.987
Ajuste de valor de mercado de debêntures	27	15.824	–	15.824
Receita com aplicações financeiras vinculadas	27	–	–	(71.551)
Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	–	–	–	(42.962)
Juros e variações monetárias de empréstimos	16	(188.211)	(103.662)	(28.495)
Juros e variações monetárias de debêntures	17	168.424	325.275	263.023
Receita de reequilíbrio	25	475.002	384.488	1.398.167
Despesas financeiras dos ajustes a valor presente	27	–	–	(877.955)
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	23	5.675	4.736	131.295
Atualiz. monetária provisão riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	23	2.926	1.139	43.179
Reversão de provisão para manutenção	23	–	6	4.352
Equivalência patrimonial	12	–	–	374.936
Processo de relicitação	11	–	–	–
Remuneração do ativo financeiro	11	–	–	174.590
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	–	(26.768)
Contas a receber – partes relacionadas	1.687	(9.928)	82	(106)
Despesas antecipadas	(20.025)	(704)	(25.309)	1.415
Impostos a recuperar	(69.569)	(27.474)	(29.846)	(69.597)
Outros créditos	(1.085)	76	9.775	7.137
Depósitos judiciais	(1.380)	51	(4.075)	54
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	(366)	(10.914)	(7.819)	(87.965)
Fornecedores – partes relacionadas	350	(231)	33.966	(5.524)
Cauções contratuais de fornecedores	320	328	2.063	(425)
Obrigações sociais	(26.410)	23.129	(26.963)	26.206
Obrigações fiscais	46.240	24.825	296.133	309.989
Provisão para passivo a descoberto	–	102.571	–	–
Utilização provisão de manutenção	23	–	–	(441.799)
Credores pela concessão/Taxa de fiscalização	–	–	550	(1.330)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	23	(3.402)	(4.202)	(51.731)
Custo de transação – empréstimo	(27.327)	(1.456)	(9.249)	(78.544)
Outras contas a pagar	1.224	(3.905)	13.456	7.752
Caixa (consumido pelas) proveniente das operações	(24.301)	138.514	2.984.550	2.536.002
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(208.419)	(275.836)
Pagamento de juros	16, 17 e 20	(619.914)	(472.159)	(1.340.914)
Caixa líquido (consumido pelas) proveniente das atividades operacionais	–	(644.215)	(333.645)	1.435.217
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisições de itens do ativo imobilizado	14	(3.030)	(1.929)	(9.139)
Aquisições de itens do intangível	15	(26.253)	(21.398)	(1.402.017)
Aplicação financeira vinculada	–	–	–	(1.028.221)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	–	–	933.879	726.582
Adições aos investimentos	(91.400)	(551.000)	–	–
Recebimento de juros sobre o capital próprio	–	–	30.049	–
Recebimento de dividendos	–	–	463.825	–
Aplicação Financeira	(637.750)	(55.867)	(1.384.551)	(171.499)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	–	(758.433)	(136.320)	(2.890.049)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e financiamentos:				
Pagamento arrendamento mercantil	19	(8.606)	(7.960)	(127.733)
Captações de empréstimos	16	–	–	540.724
Pagamento empréstimos – principal	16	(250.000)	–	(443.374)
Instrumento financeiro derivativo – pagamento	–	(829)	–	(829)
Liberação de empréstimos empresas ligadas	20	–	(23.200)	–
Recebimento empréstimos empresas ligadas – principal	20	161.506	163.459	–
Recebimento empréstimos empresas ligadas – juros	20	72.494	26.541	–
Captações de empréstimos empresas ligadas	20	–	700.000	–
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – principal	20	(2.668)	(5.201)	–
Emissão de debêntures	17	1.100.000	1.000.000	5.250.000
Pagamentos debêntures – principal	17	(333.333)	(784.315)	(737.049)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	–	738.584	1.069.324	331.739
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	–	(664.084)	599.359	(1.123.093)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	–	1.014.766	415.407	2.018.567
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	–	350.682	1.014.766	895.474
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício – Operações Continuadas	–	350.682	1.014.766	627.558
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício – Operações Mantidas para Venda	5	–	–	267.916

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

continua ...

arteris

Fernão Dias

arteris

Fluminense

arteris

Litoral Sul

arteris

Planalto Sul

arteris

Régis Bittencourt

arteris

Intervias

arteris

ViaPaulista

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

sistema remanescente. Em 8 de novembro de 2024, a ARTESP publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE-SP o reconhecimento da ocorrência do desequilíbrio do contrato de concessão pelo atraso de 43 dias na transferência do Sistema Remanescente, referente ao Lote 10 – Autovias, Contrato de Concessão nº 009/CR/1998. O desequilíbrio econômico-financeiro reconhecido resultou em crédito a favor da controlada ViaPaulista no montante de R\$13.112, em Valor Presente Líquido (VPL), na base março de 2016, considerando a TIR contratual estabelecida de 8,2396%, conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP. A liquidação do desequilíbrio será por meio da redução da outorga variável de 3% para 0%, a partir do mês de novembro de 2024. Dessa forma, a Sociedade deixará de pagar o ônus variável até que o valor total do desequilíbrio aprovado pela ARTESP seja compensado. A forma e início da liquidação foi autorizada pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI através de ofício nº 00494484418/2024 de 11 de dezembro de 2024. A ViaPaulista está em plena operação desde 4 de fevereiro de 2020, quando do início de trafegabilidade e operação de sua última praça de pedágio, localizada no km 254-374 da Rodovia Thales Lorena de Peixoto (SP-318), no município de São Carlos. A ViaPaulista assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • Duplicação de 275 km de rodovias; • Implantação de 14,5 km de terceira faixa; • Pavimentação de 14 km de acessos em terra; • Implantação de 65,9 km de ciclovias; • Implantação de 47,2 km de acostamentos; • Construção de 47 dispositivos de retorno; • Construção de 39 passarelas; • Construção de 11 praças de pedágio; • Construção de 17 SAU's; • Construção de 2 Áreas de Descanso de Caminhoneiros; • Construção de 2 Paradas de Cargas Especiais; • Implantação de 2 Postos Gerais de Fiscalização; e • Recuperação de toda a extensão da rodovia. **Concessionárias federais: Termos de Ajustes de Conduta – TAC com ANTT "Agência Nacional de Transportes Terrestres"** A controlada Litoral Sul está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no Contrato de Concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. A Sociedade e sua controlada avaliaram os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade e sua controlada seguem avaliando esse tema e não esperam que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. Em dia 28 de julho de 2023, foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade controlada Planalto Sul e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, se destacam a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na fluidez e aumento do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Com base nessas estimativas a controlada Planalto Sul realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a controlada Planalto Sul de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. Em 5 de janeiro de 2024, foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na modalidade Multas – TAC Multas entre a controlada Fluminense e a ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se a realização de ruas laterais, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhoria e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhoria no tráfego. Com base nessas estimativas da controlada Régis Bittencourt realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a controlada Régis Bittencourt de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. Em 27 de dezembro de 2024, foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a controlada Fernão Dias e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$275.909, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se a realização de áreas de escapes em pontos críticos da rodovia, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, e melhorias de acessos e interseções que irão contribuir na melhoria e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhoria no tráfego. Com base nessas estimativas a controlada Fernão Dias realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a controlada Fernão Dias de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura. **Repactuações das concessões federais:** A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023, do Ministério dos Transportes, estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. O Grupo Arteris mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão das controladas Régis Bittencourt, Litoral Sul e Planalto Sul, e, em 29 de dezembro de 2023, foram protocolados os pedidos de otimização junto à ANTT, aos quais foram aceitos e seguem os trâmites previstos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreu nenhuma atualização nesses processos e nenhuma indicação de ajustes materiais em suas demonstração contábeis. Nesse contexto, para as concessionárias Fluminense e Fernão Dias, foram realizados os leilões de repactuação, respectivamente, em 11 de novembro de 2025 e 11 de dezembro de 2025. De acordo com os resultados do processo competitivo, a Fluminense permanecerá sob o controle da Arteris, enquanto a Fernão Dias será transferida para o controle acionário da companhia vencedora do certame. Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com o advento das citadas repactuações, temos os principais reflexos contábeis: a) Repactuação da Fluminense: foi registrada a reversão do *impairment*, bem como a conversão dos efeitos anteriormente reconhecidos no ativo financeiro em direito de outorga e ativo intangível, conforme notas explicativas nº 11 e nº 15. b) Repactuação da Fernão Dias: nas demonstrações individuais da concessionária, não foram impactos contábeis. Contudo, para a Controladora Arteris, nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos patrimoniais da Controlada Fernão Dias foram reclassificados para ativo mantido para venda, tendo sido reconhecida provisão para *impairment* do investimento na Fernão Dias na Controladora, conforme nota explicativa nº 5. **Obrigações contratuais:** Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da Publicação em Diário Oficial da União. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável. O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	1.846	13.230
Fluminense	11.740	258.280
Régis Bittencourt	8.436	60.458
Litoral Sul	6.424	46.039
	28.446	378.007

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Além do recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização, as concessionárias federais firmaram compromissos decorrentes do contrato de concessão como: • Assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. • Assumir integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. • Assumir integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. • Assumir integralmente riscos

decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. • Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. • Apresentar anualmente as demonstrações contábeis auditadas para a ANTT e publicá-las. Os principais compromissos a seguir, referem-se especificamente a Autopista Fluminense, em razão da Repactuação do seu Contrato de Concessão: • Nova matriz de riscos com nova distribuição de riscos entre o poder concedente e concessionária, para os riscos mais relevantes: cambial, demanda, insumos, geotécnicos, desapropriação e desocupação, licenciamento ambiental, extraordinários (insumos e demanda) e residuais; • Introdução dos Descontos Básicos de Tarifa (DBT) de 5% por uso de tags de pagamento automático e Descontos de Usuário Frequente (DUF) progressivos quando o usuário passar pela mesma praça (e sentido) ao longo de um mês; • Regulação por incentivos por meio de degraus e reclassificações tarifárias condicionadas à entrega de pacotes de obras durante o período de transição e, posteriormente, pela execução de obras de ampliação de capacidade (duplicação ou faixas adicionais). As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
	Previsão de 2026 a 2033	Previsão de 2026 a 2047	Previsão de 2026 a 2033	Previsão de 2026 a 2033	Previsão de 2026 a 2033	Total
Natureza dos custos						
Melhorias na infraestrutura	829.216	6.228.241	–	1.717.616	736.103	9.511.176
Conserva especial	209.055	1.122.919	–	272.567	660.560	2.265.101
	1.038.271	7.351.160	–	1.990.183	1.396.663	11.776.277

(*) Os valores dos compromissos de investimentos do Fernão Dias estão zerados devido a essa concessionária ter sido classificada como um ativo mantido para venda após o leilão realizado em 11 de dezembro de 2025 onde outro Grupo Investidor foi o vencedor. Conforme previsto no processo de repactuação os investimentos até a transferência do controle acionário irão se limitar a manutenção dos níveis mínimos de serviço.

	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
	Previsão de 2025 a 2033	Previsão de 2025	Previsão de 2025 a 2033	Previsão de 2025 a 2033	Previsão de 2025 a 2033	Total
Natureza dos custos						
Melhorias na infraestrutura	807.256	53.158	1.368.837	1.743.788	412.816	4.385.855
Conserva especial	236.684	32.901	340.873	296.491	685.706	1.592.655
	1.043.940	86.059	1.709.710	2.040.279	1.098.522	5.978.510

Autopista Planalto Sul S.A.: A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça de Pedágio de Rio Negro, BR 116 km 204 s/nº Bairro Roseira. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 km de duplicação de rodovia; • 48,3 km de terceira faixa; • 13,72 km de vias laterais; • Construção de 11 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação ou reforma de postos de pesagem; e • Recuperação de toda a extensão da rodovia. **Autopista Fluminense S.A.:** A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio no km 252 da BR-101/RJ. Desde a assinatura do contrato de concessão original, a Sociedade assumiu compromissos de implantação, recuperação, manutenção e operação da malha rodoviária concedida, incluindo duplicações, vias marginais, OAEs, BSO's, praças de pedágio, faixas adicionais, dispositivos e ações de conservação. **Relicitação:** Em continuidade ao protocolo do pedido de adesão ao processo de relicitação divulgado em 19 de maio de 2020, no qual foi comunicada a intenção da Fluminense de aderir ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a ANTT e a Concessionária Autopista Fluminense S.A., que, tomou ciência em 9 de setembro de 2021 de que a Diretoria Geral da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento da relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/ Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Ato subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9957/19, o processo foi remetido para o Ministério da Infraestrutura, que, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação. Ainda em cumprimento ao tramite previsto no Decreto, o Ministério da Infraestrutura remeteu o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ("CPPI"), que, aos 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação. Em 21 de março de 2022, foi assinado pelo Presidente da República, o Decreto de nº 11.005 que qualificou no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ("PPI"), o trecho concedido para fins de relicitação. Em 15 de junho de 2022, a ANTT publicou no Diário Oficial da União ("DOU"), a Deliberação nº 2º 201/2022, aprovando a celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a concessionária Autopista Fluminense S.A., estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. O prazo final de vigência do 2º termo aditivo é de 24 meses contados da data de publicação do Decreto de nº 11.005 de 21 de março de 2022. O prazo de transição do processo de relicitação poderá ser prorrogado mediante deliberação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI com anuência expressa da Fluminense. Durante o período de transição que se inicia com a assinatura do 2º termo aditivo, até a entrega da concessão ao novo operador, todos os serviços de atendimento aos usuários, prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário e mantidos no Anexo I do termo aditivo, continuarão a ser prestados e realizados normalmente, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento. **Termo aditivo nº 003/2024:** O CPPI aprovou a resolução nº 299 no dia 12 de março de 2024 que prevê a possibilidade de prorrogação do processo de relicitação por mais 24 meses a contar da data de 21 de março de 2024. Ato contínuo, em 20 de março de 2024 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão entre a Fluminense e ANTT. O referido documento tem por objeto o que segue: (i) Prorrogar o prazo de vigência do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 21 de março de 2024, (ii) Definir o valor da tarifa a ser praticada e a tarifa calculada na vigência deste Termo Aditivo, das quais passaram a ser respectivamente R\$6,90 (seis reais e noventa centavos) e R\$4.73846 (quatro reais, setenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis centésimos de milésimos), com data-base de junho de 2023. A tarifa calculada será base para o cálculo do excedente tarifário considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais. (iii) Durante a vigência do Termo Aditivo, a Fluminense deverá continuar a prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração da rodovia. **Termo aditivo nº 004/2025:** Em 21 de março de 2025 foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao contrato de concessão entre a Sociedade e ANTT. O referido documento tem por objeto o que segue: (i) Prorrogar o prazo de vigência do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 21 de março de 2025. (ii) Estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração. (iii) Estabelecer as responsabilidades durante o período de transição e na transferência da concessão. **Termo de autocomposição:** Em 31 de julho de 2025 foi celebrado o Termo de Autocomposição do contrato de concessão da Fluminense. Tal documento tem por objetivo estabelecer os princípios, premissas, condições e fundamentos da repactuação bem como descrever as obrigações assumidas e as modernizações inseridas no contrato de concessão. Cabe ressaltar que esse documento suspendeu o Termo Aditivo de Relicitação por prazo determinado. Isso significa que os efeitos, obrigações e direitos constantes no aditivo citado acima deixaram de vigorar. **Repactuação:** Em 1 de agosto de 2025, conforme previsto nas regulamentações da Portaria 848/23 (Art 6º – § único), foi publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Fluminense, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 2.318/2024 – TCU – Plenário. Em 11 de novembro de 2025, conforme publicado no Diário Oficial da União, ocorreu o leilão na Bolsa Balcão Brasil S.A. – B3 S.A., promovido por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O referido leilão atende o previsto no edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 2.318/2024 – TCU – Plenário publicado no Diário Oficial da União – DOU de 01 de agosto de 2025. O leilão é decorrente do processo de repactuação e, conforme previsto no edital do processo competitivo, o processo de relicitação da Sociedade, descrito na nota explicativa nº 2, está extinto com a concretização da repactuação. Em decorrência do não recebimento de propostas econômicas ao leilão, a Controladora Arteris continuará no controle acionário da Autopista Fluminense. Com a publicação do resultado do Processo competitivo, será celebrado o termo aditivo de modernização do contrato de concessão da Sociedade, preservando a continuidade da prestação de serviço público na BR-101/RJ, por mais 22 (vinte e dois) anos, contados a partir do início de vigência do termo aditivo, que se dará a partir da assinatura do respectivo termo. Em 18 de dezembro de 2025, foi publicado no diário oficial da União – DOU, a Deliberação nº 496 da diretoria colegiada da ANTT onde foi homologado o resultado do processo competitivo que a Arteris foi vencedora. Com a homologação do Termo de Autocomposição, qual estende o prazo da concessão por 22 anos a partir da vigência do Termo Aditivo do Contrato de Concessão, foi incluída no contrato da Fluminense uma série de obras

continua ...



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





arteris
A vida em movimento
Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a serem realizadas, sendo as principais: • 46 km de duplicação; • 42 km de multivias; • 53 km de faixas adicionais; • Elaboração do projeto e licenciamento ambiental do contorno de Campos; • 39 reforço/reforma de OAE's; • 6 alargamento de OAE's; • Construção de 21 passarelas; • Construção de 40 pontos de ônibus; • Construção de 6 retornos; • Construção de 16 acessos; • Construção de 08 pontes; • Construção de 04 dispositivos em desnível; • Dispositivo de passagem urbana em Casimiro de Abreu; • Variante de Itaboraí e trevo de manilha (Entroncamento BR-493). **Autopista Fernão Dias S.A.:** A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 88 km de terceira faixa; • 94,26 km de vias laterais; • 8,3 km de variantes/contornos; • Construção de 50 passarelas; • Construção de 8 praças de pedágio; • Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia; • Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla; • Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas; • Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto; • Implantação de 1 retorno operacional; • Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4; • Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio; e • Adicional de 48 km de terceiras faixas. **Repactuação:** Em 2 de setembro de 2025, conforme previsto nas regulamentações da Portaria 848/23 (Art 6º – § único), foi publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Fernão Dias, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 1.369/2025 – TCU – Plenário. O processo competitivo realizado na B3 S.A., em 11 de dezembro de 2025, teve a proposta vencedora do Grupo Econômico não pertencente ao Grupo Arteris. Dessa forma, a Controladora Arteris transferirá o controle acionário da Autopista Fernão Dias para a Companhia vencedora do leilão. Está previsto o convívio entre a Concessionária, o Poder Concedente e a Operadora Futura, objetivando a apropriada transição operacional e a continuidade da prestação adequada dos serviços. Com a conclusão do processo de repactuação a Arteris será reembolsada conforme previsto no contrato de concessão os saldos não amortizados dos investimentos realizados. A Administração do Grupo Arteris avaliou os impactos contábeis decorrentes da conclusão deste tema tendo em vista os próximos passos previstos pelo edital do processo competitivo referente à transferência de 100% das ações da Fernão Dias publicado em 2 de setembro de 2025, e concluiu que a saída desta concessão do controle do Grupo Arteris não altera a capacidade financeira de continuidade da Controladora Arteris e das demais concessões detidas pelo Grupo. **Autopista Régis Bittencourt S.A.:** A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 524-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia; • 30 km de terceira faixa; • 55 km de vias laterais; • 26,4 km de variantes e contornos; • Construção de 51 passarelas; • Construção de 6 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; e • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Em 15 de fevereiro de 2024, a controlada Régis Bittencourt celebrou o 4º aditivo de contrato de concessão cujo objeto foi a exclusão do trecho rodoviário compreendido entre o Km 268+900 e o Km 275+450 da BR-116/SP, do Programa de Exploração da Rodovia – PER do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2007. Com essa alteração o trecho administrado pela controlada passou de 401,6 Kms para 395,05 Kms. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato se dará por meio de Revisão Extraordinária de Tarifa de Pedágio a ser realizada após a conclusão da apuração dos impactos econômico-financeiros da exclusão dos serviços de conservação, monitoramento e operação. A exclusão se deu por iniciativa do Poder Concedente em atendimento ao pedido formulado pelo município de Taboão da Serra-SP para municipalização da administração do trecho em questão. **Autopista Litoral Sul S.A.:** A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na rua Francisco Munhoz Madrid, 625. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceira faixa; • 79,7 km de vias laterais; • 94,7 km de variantes e contornos; • Construção de 39 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; e • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Em 9 de agosto de 2024, a Sociedade controlada Litoral Sul inaugurou o Contorno Viário de Florianópolis, que compreende um corredor expresso de 50 km de pistas duplas, 6 acessos por trevos, 4 túneis duplos, 7 pontes e mais 20 passagens em desnível.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A elaboração segue, também, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As emissões das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Fiscal em 26 de fevereiro de 2026. **Continuidade operacional:** A diretoria tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Tal conclusão é pautada na capacidade financeira dos acionistas da Sociedade, assim como nas linhas de crédito bancário aprovadas. Portanto, o Grupo aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração dessas demonstrações contábeis. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional do Grupo Arteris. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, o Grupo Arteris utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Arteris e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir: (i) **Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração do Grupo Arteris avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 23. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** O Grupo Arteris reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo Arteris reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) **Estimativas: Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** O Grupo Arteris reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 23. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados

na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 9. **Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. O Grupo Arteris determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4 Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas, pelo Grupo Arteris, de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão do Grupo Arteris está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo Arteris que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo Arteris. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** O Grupo Arteris, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo Arteris poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional do Grupo Arteris pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional do Grupo Arteris pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Arteris se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão são acrescidos no valor do instrumento. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: **(a) Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo Arteris pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Arteris tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, o Grupo Arteris avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Passivos financeiros – classificação como circulante e não circulante:** O Grupo Arteris avalia quais passivos podem ser classificados como não circulantes se a houver um direito substantivo de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Esse direito deve ser válido e claramente definido nos termos contratuais ou legais existentes ao final de cada exercício. Se o passivo financeiro estiver sujeito a cláusulas restritivas, o Grupo Arteris avalia se está em conformidade com essas cláusulas restritivas ao final de cada exercício. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, o Grupo Arteris reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo Arteris, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O Grupo Arteris amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo Arteris mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Arteris. O Grupo Arteris determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Arteris alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** O Grupo Arteris optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 14, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo Arteris e que têm vidas úteis

continua ...

arteris

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Sociedade verificou a necessidade de realização de teste de *impairment* do investimento da Fernão Dias, levando-se em consideração o valor da transação e reconheceu uma redução no valor de seu investimento no montante de R\$587.213, conforme alocação abaixo:

	Valor
Patrimônio líquido Autopista Fernão Dias S.A.	933.985
Contas e empréstimos a pagar – partes relacionadas	152.009
Total de investimentos Autopista Fernão Dias S.A.	1.085.994
Valor da transação de venda	498.781
Total da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos	587.213

Os ativos e passivos da Controlada Fernão Dias mantidos para venda estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial e de resultados incorridos ao longo de 2025. As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Ativo	31/12/2025	Passivo	31/12/2025
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	267.916	Debêntures	134.584
Aplicações financeiras	388.073	Fornecedores	25.743
Contas a receber	20.161	Arrendamento mercantil a pagar	8.686
Contas a receber – partes relacionadas	9	Obrigações sociais	9.431
Despesas antecipadas	4.582	Obrigações fiscais	9.522
Impostos a recuperar	12.560	IR e CS sobre lucros a pagar	482
Antecipação de IR e CS sobre lucros	55	Contas a pagar – partes relacionadas	10.655
Aplicações financeiras vinculadas	64.011	Cauções contratuais	16.380
Outros créditos	535	Taxa de fiscalização	1.778
Total do ativo circulante	757.902	Provisão para manutenção em rodovias	29.166
		Outras contas a pagar	12.668
Não Circulante		Total do passivo circulante	259.095
Despesas antecipadas	4.228		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.136	Não Circulante	
Depósitos judiciais	4.972	Debêntures	1.029.691
Outras contas a receber	165	Arrendamento mercantil a pagar	23.206
Total do ativo realizável a longo prazo	161.501	Obrigações fiscais	10.208
		Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	141.354
Direito de uso	30.660		
Imobilizado	5.426	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.005
Intangível	1.512.012		
Infraestrutura em construção	60.863	Provisão para manutenção em rodovias	38.499
		Provisão para investimentos em rodovias	90.321
Total do ativo não circulante	1.770.462	Total do passivo não circulante	1.335.284
Total de ativos mantidos para venda	2.528.364	Total de passivos mantidos para venda	1.594.379

Total dos ativos (passivos) líquidos da Autopista Fernão Dias S.A.
Reconciliação dos efeitos para reclassificação para ativo mantido para venda
Provisão para redução ao valor recuperável (587.213)
Contas e empréstimos a pagar – partes relacionadas 152.009
Total dos ativos líquidos mantidos para venda 498.781
Os resultados dos ativos e passivos de controlada mantida para venda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida	766.690	753.238
Custo dos Serviços Prestados	(603.487)	(595.223)
Lucro Bruto	163.203	158.015
(despesas) Receitas Operacionais		
Gerais e administrativas	(37.940)	(30.579)
Provisão para perdas esperadas	446	(579)
Provisão para redução ao valor recuperável	–	(94.150)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.303	3.062
	(32.191)	(122.246)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	131.012	35.769
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	87.138	57.338
Despesas financeiras	(155.169)	(133.811)
Variação cambial, líquida	(20)	(6)
	(68.051)	(76.479)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	62.961	(40.710)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(5.993)	(220)
Diferidos	–	8.852
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	56.968	(32.078)

A Administração do Grupo Arteris segue avaliando os impactos contábeis até a conclusão deste tema, quando a Arteris transferirá o controle acionário da Autopista Fernão Dias para a Companhia vencedora do leilão.

6 Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Estão representados por:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	54
Caixa e contas bancárias	350.678	1.014.712
Aplicações financeiras (a)	350.682	2.018.567

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	696.472	58.722
Fundos de investimentos (b)	696.472	58.722

(a) Os recursos aplicados em cotas lastreadas em CDB, LFT e cotas de outros fundos de investimentos lastreados por esses, possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,25% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,78% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez de curto prazo da Sociedade e de suas controladas. (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em Compromissadas, DPGE, LF, LTN-Over e NTN-B, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7 Contas a Receber e Outras Contas a Receber

Estão representadas por:

	Consolidado
	31/12/2025
	Circulante
Pedágio eletrônico a receber	242.246
Cupons de pedágio a receber (a)	–
Cartões de pedágio a receber (b)	2.824
Receitas acessórias a receber (c)	5.313
Outras receitas a receber	18
Provisão para perdas esperadas (d)	(1.690)
	248.711

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passageiros pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas. (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passageiros pagas por meio de cartões de débito. (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos, e receitas acessórias judicializadas. (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	31/12/2025	31/12/2024
	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	247.057	725
Créditos vencidos até 60 dias	842	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	46	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	766	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.690	–
	250.401	725

A Sociedade e suas controladas avaliam o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avaliam a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avaliam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. As controladas, conforme mencionado no item (d), identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas estimadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2025. O prazo médio de vencimento é de 30 dias em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

8 Impostos a Recuperar

Estão representadas por:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	287.798	211.827
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	6.148	6.472
	293.946	218.299
Programa de Integração Social – PIS	–	–
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	–
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	20	20
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	–	–
Outros	–	–
	20	20
Total geral	293.966	218.319
Total do circulante	56.620	38.256
Total do não circulante	237.346	180.063
	293.966	218.319

Antecipação de IRPJ e CSLL sobre o lucro (c)

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, que poderá ser compensado nos exercícios subsequentes. (b) Saldo negativo referente anos calendários anteriores. (c) Antecipação de imposto de renda e contribuição social das Sociedades controladas Autovias, Centrovias e Vianorte (em 31 de dezembro de 2024, Litoral Sul e Régis Bittencourt), compensados nos 12 meses subsequentes. A recuperabilidade dos impostos reconhecidos no ativo circulante atende ao plano de utilização do Grupo Arteris dos próximos 12 meses, levando em consideração o histórico dos exercícios anteriores e compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB.

9 Imposto de Renda e Contribuição Social

a) **Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	215.752	(841.393)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(73.356)	286.074
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	425.611	(150.406)
Juros sobre o capital próprio	(11.839)	(11.476)
Provisão para redução ao valor recuperável	(199.652)	–
Outras diferenças permanentes	2.573	(7.532)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(143.337)	(116.660)
Total	–	–
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	–	–
Diferido	–	–
	0%	0%

Alíquota efetiva de impostos

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem das seguintes situações fiscais específicas: (i) A controladora não atende às condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido, em decorrência; (ii) Em decorrência do processo de repactuação da Fluminense, da extensão do prazo da concessão e da expectativa futura realização dos resultados tributáveis, Fluminense passou a reconhecer ativos de impostos diferidos, anteriormente não constituídos; e (iii) Constituição parcial de impostos diferidos da Sociedade controlada Régis Bittencourt e não constituição de impostos diferidos das Sociedades controladas Planalto Sul e Litoral Sul por essas atingirem o teto de recuperabilidade nas projeções de resultados futuros realizadas em 2025. O valor dos impostos diferidos não constituídos está acumulado em 31 de dezembro de 2025 em R\$453.000 para a controladora e R\$1.109.406 para o consolidado (R\$309.663 e R\$1.538.861, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024), para os quais não existem prescrição e a compensação futura é limitada a 30% do lucro tributável, conforme legislação vigente.

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos – consolidado**

Saldos patrimoniais representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	Total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Não circulante			
Diferenças temporárias ativas			
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	5.068.545	4.680.833	–
Provisão de participação nos lucros	40.183	69.635	2.485
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	87.445	93.720	6.900
Outras provisões	18.030	(41.403)	1.365
Provisão para manutenção de rodovias	634.051	691.619	538.202
Amortização acumulada de obras futuras	34.460	70.455	–
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	76.439	66.311	–
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	11.045	11.550	–
Arrendamentos	11.890	8.035	4.227
Ajuste ao valor recuperável de intangível e ativo financeiro	1.112.730	1.852.419	–
Provisão para perdas esperadas	1.381	3.650	309
Estorno de capitalização de juros (d)	100	687	–
Amortização estorno de capitalização de juros (d)	(63)	(378)	–
Tributos – Exigibilidade Suspensa	4.985	–	4.968
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	7.101.221	7.507.133	558.456
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Total	2.414.415	2.552.425	189.875
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	7.659.677	8.042.759	2.604.290
Não circulante			
Diferenças temporárias passivas			
Direito de concessão incorporado (c)	–	–	(4.682)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	6.259	–
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (d)	(480.041)	(556.719)	(23.317)

continua ...

arteris

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionista}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde: (i) *EBITDA* Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa – método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses. (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses. (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras. (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses. (v) Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses. (b) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/*EBITDA* Ajustado) – Índice de Manutenção: Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura. Os limites máximos permitidos para este índice são:

- Até 31/12/2027 (inclusive): ≤ 4,50
- 01/01/2028 a 31/12/2028 (inclusive): ≤ 4,00
- 01/01/2029 a 31/12/2029 (inclusive): ≤ 4,00
- 01/01/2030 a 31/12/2030 (inclusive): ≤ 3,50
- 01/01/2031 a 31/12/2031 (inclusive): ≤ 3,50
- 01/01/2032 a 31/12/2032 (inclusive): ≤ 3,00
- 01/01/2033 a 31/12/2033 (inclusive): ≤ 2,50
- 01/01/2034 a 31/12/2034 (inclusive): ≤ 2,00
- 01/01/2035 a 31/12/2035 (inclusive): ≤ 1,50
- 01/01/2036 a 31/12/2037 (inclusive): ≤ 1,00
- 01/01/2038 até a Data de Vencimento das Debêntures: ≤ 1,00

Para fins contratuais: • considera-se como "Dívida Líquida" a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida; • considera-se como "*EBITDA* Ajustado" o lucro (prejuízo) líquido da Emissora antes do imposto sobre a renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com Provisão Para Desvalorização de Ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; e • considera-se como "Provisão Para Desvalorização de Ativos" os ajustes realizados para refletir a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada Entrevias encontrava-se em plena conformidade com todos os *covenants* financeiros. Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) – 2ª emissão de debêntures da ViaPaulista: Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da ViaPaulista, e considerando a Arteris S.A. como sua fiadora, a Emissora e a Fiadora comprometem-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas: Índices da Emissora (ViaPaulista) – Índice de Distribuição: O ICSD e o PL/AT são utilizados como requisito para que a ViaPaulista possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): A ViaPaulista deve manter ICSD igual ou superior a 1,30, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade (GC)}}{\text{Serviço da Dívida (SD)}}$$

• Geração de Caixa (GC) = *EBITDA* Ajustado – Imposto de Renda pago – Contribuição Social paga; • Serviço da Dívida (SD) = Amortização de principal + Pagamento de juros; • *EBITDA* Ajustado = Lucro Operacional antes do resultado financeiro, ajustado para exclusão dos efeitos de depreciação e amortização, da receita e custo de construção e da Provisão de Conservação Especial e Manutenção. (b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/AT) A ViaPaulista deve manter PL/AT igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL / AT = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

Índices da Fiadora (Arteris S.A.) – Covenants de Manutenção: Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Fiadora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura. (a) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida Consolidada/*EBITDA* Ajustado Consolidado – Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado): Deve ser mantido igual ou inferior a 4,50, apurado ao final de cada trimestre:

$$\frac{\text{Dívida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado}} \geq 4,5$$

(b) Índice de Despesa Financeira: A Fiadora deve manter, em caráter contínuo, o seguinte índice igual ou superior a 1,30, conforme fórmula contratual:

$$\frac{\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado}}{\text{Despesas Financeiras}} \geq 1,30$$

Para fins contratuais: • Dívida Líquida Consolidada corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo consolidado da Emissora, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida. • *EBITDA* Ajustado Consolidado corresponde ao lucro (prejuízo) líquido consolidado da Emissora antes do imposto sobre a renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com Provisão Para Desvalorização de Ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Caso a Emissora realize a aquisição, incorporação ou obtenha o direito de explorar quaisquer novos ativos, fica certo que, para fins do cálculo do Índice Financeiro, o *EBITDA* ajustado dos últimos 12 (doze) meses do novo ativo adquirido será somado ao *EBITDA* Ajustado Consolidado. • Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado corresponde à soma dos pagamentos realizados ao poder concedente nos últimos doze (12) meses referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas, deduzidos dos pagamentos relacionados a leilões de novas licitações ou processos de concessão. • Despesas Financeiras: correspondem ao conjunto das despesas financeiras consolidadas da Fiadora, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada ViaPaulista encontrava-se em plena conformidade com todos os *covenants* financeiros. Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) – 12ª emissão de debêntures da Planalto Sul: Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da Planalto Sul, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da Sociedade controlada: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – Índice de Distribuição: O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A Planalto Sul deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde: (i) *EBITDA* Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas

financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa – método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses. (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses. (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras. (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses. (b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/Ativo Total) – Índice de Distribuição e Manutenção: O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Planalto Sul possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura. Os limites máximos permitidos para este índice são:

$$PL / \text{Ativo Total} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/*EBITDA* Ajustado) – Índice de Manutenção: Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Planalto Sul em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura. Os limites máximos permitidos para este índice são:

- Até 2025: ≤ 4,50
- 2026 a 2027: ≤ 3,50
- 2028 a 2029: ≤ 2,50
- 2030: ≤ 2,00
- 2031: ≤ 1,00

Para fins contratuais: • considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e • considera-se como "*EBITDA* Ajustado", o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada Planalto Sul encontrava-se em plena conformidade com todos os *covenants* financeiros. Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) – 8ª emissão de debêntures da Régis Bittencourt e 10ª emissão de debêntures da Litoral Sul: Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, as Emissoras comprometem-se a manter, durante toda a vigência das emissões e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas das sociedades controladas: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – Índice de Distribuição: O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionista}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde: (i) *EBITDA* Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa – método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses. (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses. (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras. (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses. Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses. (b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) – Índice de Distribuição e Manutenção: O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura. Para fins contratuais: • considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e • considera-se como "*EBITDA* Ajustado", o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Os limites máximos permitidos para este índice são:

8ª emissão da Régis Bittencourt:	10ª emissão da Litoral Sul:
(i) A partir de 2027: ≤ 3,00	(n) 2021 a 2023: ≤ 4,50
(j) 2028: ≤ 2,50	(o) 2024: ≤ 4,00
(k) 2029: ≤ 2,00	(p) 2025: ≤ 3,50
(l) 2030: ≤ 1,50	(q) 2026: ≤ 3,00
(m) 2031: ≤ 1,00	(r) 2027: ≤ 2,50
	(s) 2028 a 2029: 2,00
	(t) 2030 a 2031: 1,00

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas Régis Bittencourt e Litoral Sul encontravam-se em plena conformidade com todos os *covenants* financeiros. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade e suas controladas avaliaram e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado, pois em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há passivos financeiros conversíveis em ações. A Sociedade e suas controladas cumpriram todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Sociedade e suas controladas estimam que irão cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

18 Fornecedores, Adiantamentos a Fornecedores e Cauções Contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de R\$18.142 para a controladora e R\$170.754 para o consolidado (R\$11.357 para a controladora e R\$217.497 para o consolidado em 31 de dezembro de 2024) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$2.295 para a controladora e R\$79.350 para o consolidado (R\$1.975 para a controladora e R\$103.351 para o consolidado em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que podem variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia. Saldo de adiantamentos a fornecedor registrado no ativo realizável a longo prazo refere-se a adiantamentos para realização de obras das Sociedades do Grupo. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, tais adiantamentos foram

continua ...



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	31/12/2024					Saldo consolidado
	Concessão	Arteris Participações	Total	Holding	Eliminações	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	933.528	–	933.528	–	–	933.528
Outros não circulantes	2.085.779	–	2.085.779	9.316.459	(10.954.191)	448.047
Realizável a longo prazo	4.208.490	–	4.208.490	9.316.459	(10.954.191)	2.570.758
Outros investimentos	–	–	–	19	–	19
Direito de uso	132.038	–	132.038	50.070	–	182.108
Imobilizado	35.048	–	35.048	9.554	–	44.602
Intangível	14.577.912	–	14.577.912	38.026	65.249	14.681.187
Intangível em andamento	724.444	–	724.444	51.559	(65.249)	710.754
Total não circulante	19.677.932	–	19.677.932	9.465.687	(10.954.191)	18.189.428
Total dos ativos	21.290.147	–	21.290.147	10.724.610	(11.105.658)	20.909.099

Passivos	31/12/2024					Saldo consolidado
	Concessão	Arteris Participações	Total	Holding	Eliminações	
Circulantes						
Empréstimos e financiamentos	132.564	–	132.564	302.342	–	434.906
Debêntures	460.564	–	460.564	429.560	–	890.124
Fornecedores e cauções	307.513	–	307.513	13.332	3	320.848
Arrendamento mercantil a pagar	71.690	–	71.690	3.349	–	75.039
Obrigações sociais e fiscais	158.645	–	158.645	71.274	–	229.919
Credores pela concessão	1.224	–	1.224	–	–	1.224
Dividendos Propostos	36.988	–	36.988	–	(36.988)	–
Provisão Manutenção/investimentos	563.305	–	563.305	–	–	563.305
Outros circulantes	180.700	–	180.700	3.341	(114.482)	69.559
Total circulante	1.913.193	–	876.569	823.198	(151.467)	2.584.924
Não circulantes						
Empréstimos e financiamentos	1.501.095	–	1.501.095	794.467	–	2.295.562
Debêntures	8.025.429	–	8.025.429	2.837.632	–	10.863.061
Arrendamento mercantil a pagar	71.325	–	71.325	52.193	–	123.518
Provisão manutenção/investimentos	988.100	–	988.100	–	–	988.100
Outros não circulantes	3.226.523	–	3.226.523	2.656.778	(5.389.709)	493.592
Total não circulante	13.812.472	–	4.777.928	6.341.070	(5.389.709)	14.763.833
Patrimônio líquido	5.564.482	–	5.564.482	3.560.342	(5.564.482)	3.560.342
Total dos passivos	21.290.147	–	11.218.979	10.724.610	(11.105.658)	20.909.099

33 Garantias e Seguros

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento

da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações – Estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte ViaPaulista
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	–	–	100.000	– 180.000
	Responsabilidade civil	–	–	40.751	– 29.064
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	–	–	332.997	– 826.551

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações – Federais			
		Planalto	Fernão	Régis	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	80.000	200.000	–	230.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	–	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	94.249	134.041	–	257.018

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$85.000. Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de dezembro de 2025, o valor dessas garantias é de R\$887.233 (R\$668.600 em 31 de dezembro de 2024) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

34 Evento Subsequente

8ª Emissão de Debêntures – Autopista Fluminense S.A.: Em janeiro de 2026, foi aprovada a 8ª emissão de Debêntures da Autopista Fluminense S.A., em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública sob o rito de registro automático (RCVM 160). O montante total da emissão foi de R\$1,5 bilhão, com remuneração atrelada ao CDI acrescido de spread de 1,38% a.a. Os recursos líquidos captados por meio desta emissão foram destinados à reforço de caixa da Emissora, reestruturação de capital (loan management), execução de Capex e outros propósitos corporativos. **Aumento de capital – Autopista Fluminense S.A.:** Em 2 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital para a Controlada Fluminense, no valor de R\$158.521, mediante a emissão de 195.705.404 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$0,81 (oitenta e um centavos). As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista Arteris S.A.: Em virtude da aprovação deste aumento de capital, o Estatuto Social da Controlada Fluminense passa a ter a seguinte redação: “Artigo 5º O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.193.310, dividido em 854.623.697 (oitocentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentas e vinte e três mil e seiscentas e noventa e sete) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º Estão integralizadas, em moeda corrente nacional R\$1.193.310, dividido em 854.623.697 (oitocentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentas e vinte e três mil e seiscentas e noventa e sete) ações, equivalente a 100,00% (cem por cento) do capital social subscrito.”

Conselho de Administração

Marcos Pinto Almeida Presidente do Conselho Francisco José Aljaro Navarro Conselheiro	Ronald José Paz Vargas Conselheiro Fernando Martinez Caro Conselheiro	Martí Carbonell Mascaro Conselheiro Jorge Fernandez Montoli Conselheiro	Carlos García Cabrera Conselheiro Sergio Moniz Barretto Garcia Conselheiro	Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7
--	--	--	---	--

Diretoria

Martí Carbonell Mascaro Diretor Presidente	Nilton Leonardo Fernandes Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Flavia Lucia Mattioli Tâmega Diretora Jurídica e Compliance	Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade
Alisson de Almeida Freire Diretor de Operações	Luiz Cesar Lindgren Costa Diretor de Engenharia e Implantação	Roberto Paolini Diretor de Pessoas e Organização	

Conselho Fiscal

Renato Guías Pereira Gustavo Moraes Atensia	Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux Pedro Henryque Mundim	Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti Gabriel Tonanni Riva
---	--	--

Parecer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. (“Companhia”), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, por unanimidade opinam favoravelmente à aprovação, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 215.752.387,06 (duzentos e quinze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais

e seis centavos), para o abatimento dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, sendo assim, a Companhia, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco foi proposto pela Administração da Companhia a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.
“Confere com a original lavrada em livro próprio”
Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da Arteris S.A.

São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arteris S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio**

Por que é um PAA?: Conforme descrito na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui registrado o montante de R\$4.557.585 mil referente à receita de serviços prestados, que corresponde à receita proveniente de arrecadação de pedágio. A referida receita decorre dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível), a ser explorado mediante o regime de cobrança de pedágio e da prestação de outros serviços aos usuários. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária em função do volume de tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (recebimentos em espécie e por cartões de débito e crédito nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação “tag” fixado no interior dos veículos, incluindo a leitura da quantidade de eixos de cada veículo passageiro

continua ...



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de revisão do teste de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis; ii) utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das metodologias aplicadas pela Sociedade, a fim de verificar se foram desenvolvidas de forma consistente com práticas e metodologias de mercado usualmente adotadas na avaliação de fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; iii) execução de procedimentos de auditoria sobre as premissas operacionais, especialmente aquelas relacionadas ao crescimento projetado da receita de arrecadação de pedágio, que pode ser influenciada por variações no desempenho econômico, nas taxas de inflação esperadas, no volume de tráfego de veículos, entre outras premissas relevantes; e iv) avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Repactuação da concessão da Autopista Fluminense S.A.

Por que é um PAA? Conforme divulgado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nos termos da Portaria nº 848/2023 do Ministério dos Transportes, foi realizado processo competitivo para alienação de 100% das ações da controlada Autopista Fluminense S.A. ("Autopista Fluminense"), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.318/2024). O leilão ocorreu em 11 de novembro de 2025, na B3 S.A., no qual a Sociedade permaneceu como controladora da Autopista Fluminense. Após a publicação do resultado do processo competitivo, será celebrado o termo aditivo de modernização do contrato de concessão da Autopista Fluminense, garantindo a continuidade da prestação do serviço público na BR-101/RJ, por mais 22 (vinte e dois) anos, contados a partir da assinatura do referido termo aditivo. Diante da extensão contratual, o valor recuperável do ativo intangível da controlada em 31 de dezembro de 2025 foi revisado, resultando na reversão de R\$1.204.735 mil da provisão para redução ao valor recuperável, registrada em contrapartida ao ativo intangível, conforme nota explicativa nº 15. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido à materialidade dos valores envolvidos, à complexidade dos aspectos regulatórios e contratuais aplicáveis e ao elevado grau de julgamento ao avaliar os impactos contábeis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise dos principais instrumentos contratuais, editais e demais documentos relacionados ao processo de repactuação e ao leilão realizado, (ii) a avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas para a análise dos impactos contábeis da transação, em conformidade com as práticas contábeis vigentes; e (iii) a avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o tratamento contábil e as divulgações realizadas nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Repactuação da concessão da Autopista Fernão Dias S.A.

Por que é um PAA? Conforme divulgado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o processo de repactuação do contrato de concessão da controlada Autopista Fernão Dias S.A. ("Autopista Fernão Dias"), conduzido por meio de leilão competitivo realizado na B3 S.A. em 11 de dezembro de 2025, teve como proposta vencedora a de Grupo Econômico não pertencente à Sociedade. Considerando que a transação se caracteriza como investimento a ser alienado, o ativo foi mensurado e classificado em conformidade com o "CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda", no montante de R\$498.781 mil em 31 de dezembro de 2025, valor correspondente à indenização pelo investimento efetuado. Em decorrência desse processo, está prevista para abril de 2026 a transferência do controle acionário da Autopista Fernão Dias ao Grupo Econômico vencedor do leilão. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido à materialidade dos valores envolvidos, ao elevado grau de julgamento requerido e à complexidade dos aspectos contratuais, regulatórios e contábeis adicionais associados à transação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise dos principais instrumentos contratuais, editais e demais documentos relacionados ao processo de repactuação e ao leilão realizado; (ii) a avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas para a análise dos impactos contábeis da transação, em conformidade com as práticas contábeis vigentes; (iii) avaliação da mensuração do ativo classificado como mantido para venda, bem como a análise dos registros contábeis realizados em decorrência da transação; e (iv) a avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências de auditoria obtidas, consideramos adequado o tratamento contábil aplicado e as divulgações realizadas nas notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 26 de fevereiro de 2025, sem modificações. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 4.22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram efetuadas para alterar os valores correspondentes relativos à demonstração do fluxo de caixa individual do período findo em 31 de dezembro de 2024. Em nossa conclusão, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar nem aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, portanto, não expressamos opinião, conclusão nem nenhuma forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 02 de março de 2026.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 011.609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC 1SP 205.664/O-2

Deloitte.

arteris

Publique no

Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

